

**LEI Nº 1.086, DE 01 DE JUNHO DE 2023**

***DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO  
DO CONSELHO MUNICIPAL  
DOS DIREITOS DA MULHER  
- CMDM E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DO CARATER, FINALIDADE E COMPETÊNCIA**

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Município de Irupi, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, é um órgão de caráter permanente, propositivo, deliberativo, de controle social e fiscalizador, que tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos das mulheres em toda sua diversidade, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico, político e cultural.

**Parágrafo Único.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM é órgão vinculado à Secretária Municipal de Assistência Social, Habitação e Cidadania.

**Art. 2º** Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo e do Executivo municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM:

I - desenvolver ações transversais, integradas e articuladas com o conjunto de Secretarias e demais instituições e órgãos públicos para a implementação de políticas públicas específicas para as mulheres, visando à eliminação das opressões e desigualdades que atingem a vida das mulheres em toda sua diversidade, assegurando sua autonomia, liberdade e participação como sujeito de direitos;

II - garantir a plena participação das mulheres nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do estado e dos municípios;

III - propor e opinar na elaboração e institucionalização do Plano Municipal de Políticas Para as Mulheres, bem como acompanhar e avaliar a implementação do Plano com o objetivo de garantir a efetivação de políticas públicas e a equidade de gênero;

IV - assessorar o Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração de programas de Governo nos âmbitos federal, estadual e municipal em questões relativas às mulheres, tendo como objetivo defender seus direitos e interesses;

V - subsidiar o Poder Executivo nas Leis Orçamentárias, assegurando a inclusão de dotações orçamentárias compatíveis com as necessidades e prioridades estabelecidas nas proposições relativas às políticas públicas para as mulheres;

VI - zelando pelo seu efetivo cumprimento e esforçando-se para realizar quaisquer outras atribuições que se apresentem em todo Ciclo Orçamentário;

VII - acompanhar o processo de execução orçamentária e financeira do Poder Executivo Municipal no contexto das políticas públicas para as mulheres no município e, ainda fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

VIII - desenvolver, estimular e apoiar estudos, debates e pesquisas sobre as condições das mulheres, na cidade e no campo, propondo políticas públicas para eliminar todas as formas de discriminações;

IX - divulgar, fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionado aos direitos assegurados das mulheres;

X - sugerir adoção de medidas normativas para modificar ou revogar Leis, regulamentos, usos e práticas que constituem discriminações contra as mulheres;

XI - sugerir adoção de providências legislativas que visem eliminar as discriminações contra as mulheres, encaminhando-as ao organismo público competente;

XII - promover intercâmbios, firmar convênios e outras formas de parcerias com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, com o objetivo de incrementar o programa/planejamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM;

XIII - manter canais permanentes de diálogo e articulação com os movimentos feminista, de mulheres e outros movimentos sociais em suas várias expressões, apoiando suas atividades sem interferir em sua organização e seus princípios políticos;

XIV - apresentar, receber e examinar denúncias, reclamações, solicitações que envolvam fatos e episódios violadores dos direitos humanos das mulheres, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

XV - propor a criação de um fundo especial para captação de recursos destinados a atender as políticas, ações e programas destinados as mulheres, bem como deliberar sobre aplicação dos recursos oriundos do mesmo, elaborando e aprovando os planos de ação e aplicação, bem como acompanhar, fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

XVI - criar comissões técnicas temporárias e permanentes para melhor desempenhar as funções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM;

XVII - elaborar, propor e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da posse dos conselheiros;

XVIII - divulgar os direitos das mulheres, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIX - organizar e realizar as conferências de políticas para as mulheres nas suas respectivas instâncias político-administrativas, em conformidade com as legislações pertinentes.

XX - deliberar sobre a realização de pesquisas e estudos sobre as mulheres, construindo acervos e propondo políticas públicas para o empoderamento, com vistas à divulgação da situação da mulher nos diversos setores;

XXI - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres.

**Art. 3º** Para cumprir suas atribuições e finalidades, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM após a aprovação de suas conselheiras, poderá:

I - requisitar aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, certidões, atestados, informações, cópias de documentos e expedientes ou processos administrativos;

II - representar junto às autoridades competentes;

III - realizar ações e diligências que reputar necessárias para a apuração de fatos considerados violadores dos direitos humanos das mulheres;

IV - colher depoimento de autoridades públicas que visem esclarecer temas ou denúncias sob apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM;

V - ter acesso a repartições públicas para conhecimento in loco do andamento dos programas relacionados à mulher

VI - realizar anualmente o Plano de Ação Orçamentário do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM poderá emitir parecer opinativo sobre as despesas de outras Secretarias Municipais, quando relacionadas à implementação de Políticas para as Mulheres.

### **CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será composto por 08 (oito) conselheiras efetivas e suas respectivas suplentes, sendo 04 (quatro) representantes do Governo Municipal e 04 (quatro) representantes da sociedade civil organizada.

**Art. 5º** As representantes do Governo Municipal no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM serão indicadas pelos seguintes órgãos:

I - 01 (uma) pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Cidadania;

II - 01 (uma) pela Secretaria Municipal de Saúde;

III - 01 (uma) Secretaria Municipal de Educação; IV - 01 (uma) pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

**Art. 6º** As representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM serão indicadas pelas próprias

instituições.

**Art. 7º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de contará com uma Secretaria Executiva e poderá contar com assessorias técnicas permanentes ou eventuais para desenvolvimento de suas atividades.

**Parágrafo Único.** Os recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM serão assegurados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Cidadania.

**Art. 8º** Após as devidas indicações, previstas nos art. 5º e 6º, as Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 9º** O processo eleitoral de que trata o art. 6º deverá ser concluído em até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores ao término do mandato.

**§ 1º** O Poder Público Municipal e as entidades da sociedade civil representantes das entidades referidas no art. 6º indicarão ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de os nomes das novas Conselheiras e Suplentes em até 10 (dez) dias após o término do processo eleitoral.

**§ 2º** A coordenação do processo eleitoral para indicação das representantes da sociedade civil dar-se-á através de uma comissão específica de caráter provisório, composta por representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

**§ 3º** A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

**§ 4º** Os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de que forem servidores públicos, quando indicados para participar do Conselho, deverá receber autorização de suas chefias imediatas para se ausentarem do trabalho, a fim de cumprirem atribuições relevantes estabelecidas nesta Lei.

**§ 5º** A Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será eleita dentre as Conselheiras nomeadas e empossadas.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO CONSELHO**

**Art. 10** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM tem a seguinte estrutura:

I - Diretoria Executiva, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretária Geral;

II - Plenário;

III - Comissões de Trabalho, constituídas por resoluções do Conselho;

IV - Secretaria Executiva.

**§ 1º** A Presidente poderá ser reconduzida para um mandato consecutivo.

**§ 2º** Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos por voto direto da maioria simples dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM presentes, pelo menos dois terços de seus integrantes.

**§ 3º** As atribuições dos membros da Diretoria serão definidas no Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

**§ 4º** A criação e denominação das comissões necessárias ao bom funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, dar-se-á após proposta e deliberação do Plenário do Conselho, na forma disciplinada pelo Regimento Interno.

**Art. 11** O mandato das Conselheiras será de três anos, permitida a recondução.

**Art. 12** O funcionamento Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será disciplinado em Regimento Interno, elaborado e aprovado por suas integrantes e expedido por portaria da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Cidadania.

**Art. 13** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irupi, Estado do Espírito Santo, ao primeiro do mês de junho de 2023 (01/06/2023).

**EDMÍLSON MEIRELES DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Irupi.